22:45 98%

Mudança no WhatsApp pode facilitar difusão de fake news eleitoral

Plataforma não é transparente sobre medidas que adotará para evitar notícias falsas no pleito, afirmam especialistas

Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO O aprimoramento de funcionalidades em canais no WhatsApp, divulgado nesta quarta-feira (17) pela plataforma, pode facilitar a propagação de desinformação nas eleições de 2024, segundo especialistas consultados pela **Folha**.

A empresa anunciou novas funcionalidades à ferramenta que permite envio unidirecional a um número ilimitado de usuários. Agora, os donos dos canais podem escolher até 16 administradores e têm acessos a novos recursos que envolvem mensagens de voz, enquetes e o compartilhamento de cards no status —de modo similar aos stories do Instagram.

Os canais com número ilimitado de membros foram lançados no Brasil em setembro de 2023.

De modo geral, os especialistas ouvidos pela reportagem avaliam que não fica claro quais mecanismos a empresa pretende adotar para prevenir a proliferação de fake news e deepfakes, o que pode ser impulsionado pelos novos recursos disponíveis

Segundo Pedro Gueiros, pesquisador de direito e tecnologia no ITS (Instituto Tecnologia e Sociedade) do Rio de Janeiro, o aperfeiçoamento das funcionalidades traz benefícios importantes para a comunicação responsável, mas também facilita a desinformação, sobretudo no período eleitoral.

"A sofisticação da tecnologia é inevitável, mas é preciso reforçar mecanismos para as pessoas saberem se a notícia é confiável", afirma ele.

Um exemplo de mecanismo importante a ser reforçado, defende o especialista, é o uso de sinalizadores que possam indicar uma mensagem potencialmente desinformativa, além do direcionamento para páginas de verificação.

Rafael Viola, professor em direito civil e tecnologia do Ibmec do Rio de Janeiro, por sua vez, avalia que os mecanismos de controle que plataformas como o WhatsApp têm para coibir a desinformação não estão claros.

"Quais os mecanismos de controle que o WhatsApp vai promover? Como identificar a adulteração de uma voz, por exemplo? Não estão claros os mecanismos de controle que permitem identificar e responsabilizar quem intencionalmente vai usar da tecnologia para causar prejuízo, para disseminar desinformação", afirma.

Ele destaca que, apesar de a desinformação sempre ter existido, a possibilidade de comunicação imediata e em massa aumenta os riscos de interferência no debate democrático a partir da circulação de notícias falsas.

> Quais os mecanismos de controle que o WhatsApp vai promover? Como identificar a adulteração de uma voz?
>
> **Pedro Gueiros**
> pesquisador do ITS

> [A Meta continua] o trabalho próximo aos checadores de fatos [...] para fornecer informações [...] precisas sobre potenciais notícias falsas
>
> **Meta**
> em nota

Para Viola, o país precisa avançar em novas regulações, com cuidado para não cair em censura prévia, proibida pela legislação brasileira.

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) tem mostrado preocupação com a propagação de fake news nas redes sociais no contexto das eleições municipais de 2024. O avanço das tecnologias em 2023 tornou mais sofisticada e acessível a elaboração das deepfake, que permitem a criação de vídeos e áudios falsos por meio de inteligência artificial.

No próximo dia 25, uma minuta de resolução sobre propaganda eleitoral, que trata também da utilização deste tipo de tecnologia para manipulação de conteúdos e das obrigações de big techs, será discutida em audiência pública na corte.

Fora essa resolução, há o PL das Fake News, que estabelece obrigações e normas de transparência para redes sociais e serviços de mensagens privadas, mas que está parado na Câmara dos Deputados —e a respeito do qual a Meta, dona do WhatsApp, já se posicionou contrária.

Ana Bárbara Gomes, diretora do Iris (Instituto de Referência em Internet e Sociedade), afirma que as recentes mudanças no WhatsApp podem implicar uma maior capacidade de organização de grupos com intenção de disseminar desinformação.

Em contrapartida, elas também podem ser úteis àqueles que têm o objetivo inverso, o de checar e corrigir informações falsas. "Também é uma forma de permitir que as agências de notícias trabalhem com mais robustez e equipe".

Um aspecto positivo dos canais, afirma, é a possibilidade de verificar quais deles são oficiais, a fim de se precaver em relação a notícias falsas.

Ela ressalta ainda o peso do aplicativo e de redes sociais em um cenário em que parcela relevante dos brasileiros não têm acesso ilimitado à internet. "Hoje mais de 70% dos usuários da Classe D e E utilizam a internet apenas pelo celular, então é o meio mais popular de acesso para conseguir informação", explica.

A **Folha** perguntou à Meta como as mudanças divulgadas recentemente podem facilitar a propagação da desinformação e indagou que medidas a empresa planeja adotar para prevenir a disseminação de fake news no período eleitoral.

A empresa disse em nota que, após o lançamento dos canais, continua "o trabalho próximo aos checadores de fatos, que ganham uma nova ferramenta para fornecer às pessoas informações atualizadas e precisas sobre potenciais notícias falsas que circulam online".

Além disso, afirmou que os usuários têm escolha e controle sobre que canais seguir e que encoraja os usuários a verificarem fatos em fontes confiáveis. Disse ainda que os canais contam com ferramenta que limita o encaminhamento de atualizações.

Adicionalmente, o WhatsApp afirmou que "coopera diretamente com autoridades locais", incluindo o TSE, "por meio do cumprimento de ordens judiciais de fornecimento de dados coletados dos usuários", apontando que faz isso dentro das limitações da plataforma e em conformidade com a legislação brasileira.

O ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE, consulta mensagens em seu celular Zanone Fraissat - 31.mar.23/Folhapress

Criadora do ChatGPT faz plano contra deepfake nas eleições em meio a ausência de regulação

Pedro S. Teixeira

SÃO PAULO Diante da facilidade para se gerar imagens e sons falsos com inteligência artificial, a OpenAI, criadora do ChatGPT, e algumas redes sociais anunciaram medidas para prevenir o uso da tecnologia para manipular as eleições. Outras empresas de IA, como Google, Midjourney e Stability AI ainda não apresentaram planos.

O cenário se dá em meio a contexto em que nenhum país tem um arcabouço regulatório em vigência sobre inteligência artificial. Em dezembro, a Europa fechou acordo sobre texto-base de regulação da tecnologia, que ainda precisa de promulgação.

Em 2024, haverá eleições em mais de 50 países, que representam cerca de metade da população mundial. Apesar de as medidas também serem válidas para o Brasil, que tem eleições municipais no segundo semestre, de modo geral, elas trazem detalhamentos apenas em relação às eleições americanas.

A OpenAI publicou na segunda-feira (15) artigo sobre o plano que adotará. Assim, manteve a estratégia de tentar se antecipar a reguladores abrindo o debate sobre o uso seguro de sua tecnologia.

Redes sociais, por sua vez, criaram algumas regras para que usuários sejam transparentes quanto ao uso deste tipo de tecnologia.

Segundo o artigo da OpenAI, as iniciativas da empresa no processo eleitoral se darão em três pilares: prevenir abuso, promover transparência de que conteúdos são gerados por IA e facilitar o acesso a conteúdo de credibilidade sobre os sistemas de votação.

Em relação à última medida, a OpenAI afirma que trabalha nos EUA com a Associação Nacional de Secretários de Estado e divulgará o site CanIVote.org —não há menção a parcerias com entidades de outros países. Questionada pela **Folha** a respeito, a empresa diz que pretende adaptar os aprendizados durante a campanha americana à realidade de outras regiões —a eleição presidencial nos EUA ocorrerá em novembro e a brasileira em outubro.

A OpenAI diz que tem salvaguardas para evitar a produção de deepfakes, como proibir a reprodução de imagens de pessoas reais, o que inclui candidatos. Diz ainda que trabalha para impedir que seus sistemas desrespeitem normas impostas durante o treinamento do modelo de IA.

Além disso, depois de disponibilizar a opção de criar chatbots especializados, os GPTs, para os assinantes da versão paga ChatGPT Plus, a OpenAI também proibiu que desenvolvedores criem chatbots que imitem determinada pessoa. Isso poderia ser útil na hora de imputar discursos falsos a desafetos eleitorais.

O Google, por sua vez, não divulgou planos para mitigar danos causados pelo abuso de IA durante as eleições. A gigante da tecnologia também não respondeu se limita a reprodução da imagem de terceiros, como faz a OpenAI.

Procurado pela **Folha**, o Google diz que adotou uma abordagem responsável no desenvolvimento da inteligência artificial, tendo em vista as oportunidades e riscos de qualquer tecnologia emergente. "Nossas políticas proíbem conteúdo e anúncios que confundam os eleitores sobre como votar ou que estimulem a interferência no processo democrático, incluindo uso de mídia manipulada."

As outras duas empresas responsáveis por populares modelos de inteligência artificial geradoras de imagem —Midjourney e Stability AI— ainda não divulgaram estratégias que adotarão durante as eleições de 2024.

O Midjourney —que ficou conhecido com a criação da imagem do papa Francisco com uma jaqueta puffer branca— proíbe em suas normas o uso de sua tecnologia para manipular processos eleitorais, sem especificar como garante o cumprimento da regra.

A Stability AI, responsável pelo modelo Stable Diffusion, afirmou em comunicado após reunião com o Senado americano em novembro que as tecnologias, pela legislação americana, são neutras e as pessoas que abusarem dos recursos de IA podem ser acusadas criminalmente de fraude, difamação e uso não permitido de imagens.

O Stable Diffusion, assim como outros modelos de IA, tem código aberto e pode ser editado para não ter qualquer regra durante o uso.

Midjourney e Stability AI não responderam aos questionamentos da **Folha**.

Sem lei sobre o tema, a questão da inteligência artificial na campanha deverá ser abordada em resolução do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Uma minuta elaborada pela vice-presidente da corte, a ministra Cármen Lúcia, e que ainda deve passar por audiência pública e análise do plenário, indica que será obrigatório que os usuários informem o uso de inteligência artificial para geração de conteúdos.

O ministro do TSE Floriano de Azevedo Marques Neto disse que a principal preocupação do tribunal brasileiro é com o falseamento de imagens e vozes de pessoas, nas chamadas deepfakes. "O fato é que a IA foi pouco presente no pleito de 2022 e quase nada em 2020", disse.

Se a OpenAI mira evitar abusos com a produção de deepfakes, empresas de redes sociais estabeleceram algumas regras que têm como alvo evitar a circulação sem transparência desse tipo de conteúdo.

> O fato é que a IA foi pouco presente no pleito de 2022 e quase nada em 2020
>
> **Floriano de Azevedo Marques Neto**
> ministro do TSE

> Nossas políticas proíbem conteúdo e anúncios que confundam os eleitores sobre como votar ou que estimulem a interferência no processo democrático, incluindo uso de mídia manipulada
>
> **Google**
> em nota

A Meta, dona de Facebook, Instagram e WhatsApp, anunciou em 2023 atualizações em sua política de anúncios políticos, também com menções às eleições americanas —como o ano coincide com o pleito municipal brasileiro, as regras são válidas para o Brasil.

Anunciantes terão que divulgar o uso de IA em algumas hipóteses, como quando tenha havido alteração para que uma pessoa real esteja "dizendo ou fazendo algo que não disse ou fez". A Meta afirma que faz moderação ativa desses anúncios e que, caso detecte omissão por parte de anunciante, punirá a conta.

Essas regras, entretanto, não valem para publicações orgânicas, sem pagamento por maior alcance. Além disso, entre os anúncios comuns, para os quais não valem as novas normas de IA, já há casos de uso de deepfake para aplicar golpes nas redes da Meta —Facebook e Instagram.

O TikTok, por sua vez, divulgou em março de 2023 regras para publicação de deepfakes. Os vídeos que usem essa tecnologia precisam ser identificados por um emblema e não podem fazer referência a pessoas que não sejam públicas ou menores de idade.

Além disso, os deepfakes no TikTok não podem servir como instrumento de campanha política, violar as políticas do aplicativo ou ter intenção de enganar outros usuários.

O X, ex-Twitter, não respondeu à reportagem. A rede social, deixou de ter representação de imprensa no Brasil desde o fim de 2022.